



**Câmara Municipal de Macapá**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR**

**PARECER DA COMISSÃO Nº /24-CCJR/ CMM**

**Assunto: Projeto de Decreto Legislativo nº. 069/24- CMM**

**Autor: Vereador Allan Ramalho**

**Relator: CCJR**

## **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Decreto Legislativo nº 069/2024-CMM, de autoria do Vereador Allan Ramalho “**CONCEDE O TÍTULO HONORÍFICO DE “MÉRITO DA ADVOCACIA” AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR SENHOR DR. ISAÍAS CORRÊA PEREIRA JUNIOR**”, o qual foi encaminhado à Relatoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, nos termos do Art. 96 do Regimento Interno e Art. 1º, I, Alínea “a” da Resolução nº 002/97- CMM, para emissão de Parecer.

**É o Relatório.**

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

**Passamos então a análise da Legalidade, Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa.**

Cabe a Comissão de Constituição, justiça e Redação – CCJR apreciar o referido Projeto de Decreto Legislativo de acordo com o que preceitua o Inciso I do Art. 1º da Resolução nº 002/97-CMM, analisando as matérias em relação à Constitucionalidade, juridicidade e Técnica Legislativa.

**Quanto ao aspecto legal**, o exame do **Projeto de Decreto Legislativo nº 069/24 – CMM**, tem amparo pela Lei Orgânica do Município de Macapá, Regimento Interno da Câmara Municipal de Macapá e fundamentado no Decreto Legislativo nº 069/2023-CMM, de criação da referida Honraria.

Destaca o nobre autor da matéria em sua Justificativa, que o ilustríssimo senhor **Isaías Corrêa Pereira Junior**, preenche todos os requisitos para receber, o Título Honorífico de “**Mérito da Advocacia**” desta Casa de leis, como reconhecimento pelo seu exitoso trabalho em prol da advocacia e da construção de uma sociedade mais justa, desenvolvendo suas atividades sempre com zelo, competência e dedicação na proteção e garantia dos direitos dos cidadãos Macapaense.

Quanto à técnica legislativa, a materia encontra-se em harmonia com o ordenamento jurídico Municipal. Entendemos que nao existem óbices de natureza formal ou material, no plano Constitucional, que impeçam o prosseguimento da materia, pois está de acordo com a Lei Complementar nº 020/2002-PMM, e Resolução nº 002/97-CMM.

Por fim, o referido Projeto de Decreto Legislativo encontra-se em perfeitas condições de continuidade e de tramitação no que diz respeito aos aspectos que cumpre a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação.





**Câmara Municipal de Macapá**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR**

**III – PARECER E VOTO DA COMISSÃO:**

Em Reunião Ordinária realizada nesta data, a **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO-CCJR**, opinou por unanimidade dos membros presentes pela **APROVAÇÃO** ao Projeto de Decreto Legislativo nº 069/2024 - CMM, ficando o mérito para apreciação do Douto Plenário desta Casa de Leis.

**É o nosso o Parecer.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, em 29 de Maio de 2024.**

**Ver. CARLOS MURILO - Podemos**  
**Presidente/CCJR**

**Ver. Cláudio Góes – Solidariedade**  
**Membro**

**Ver. Alexandre Azevedo - Podemos**  
**Membro**

**Ver<sup>a</sup>. Gian do Nae – PRD**  
**Membro**

**Ver. João Mendonça - PRD**  
**Membro**

**Ver<sup>a</sup>. Luany Favacho – MDB**  
**Membro**

**Ver. Odilson Nunes - Solidariedade**  
**Membro**

Nº PROC.: 01966 - PAR 152/2024 - AUTORIA: Comissão de constituição, justiça e redação - CCJR  
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE EM <https://macapa.wdsolucoes.com.br/autenticidadepdf>  
CODIGO DO DOCUMENTO: 003171 CHAVE DE VERIFICACAO DE INTEGRIDADE: 31F0335C0F88E5CCBF4CFB1D0B334974F

